



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
21º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01- Marque a alternativa errada.

No curso do processo, os métodos de solução consensual de conflitos só são permitidos até a decisão que saneia o processo.

02- Acerca da contagem de prazos processuais, assinale a correta.

Na contagem de prazo em dias, estabelecido pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

03- Conforme o Código de Processo Civil, ao dirigir o processo, incumbe ao juiz, exceto:

Atuar proativamente, ampliando o objeto do processo de ofício quando necessário.

04- Sobre conciliação e mediação, o CPC dispõe que:

A conciliação e a mediação são informadas pelo princípio da confidencialidade.

05- Sobre a petição inicial, assinale a alternativa correta.

É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

06- Acerca da improcedência liminar do pedido, assinale a alternativa incorreta.

O juiz deve determinar a citação do réu antes de julgar liminarmente improcedente o pedido.

07- Assinale a alternativa incorreta acerca das respostas do réu.

Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, ainda que não conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

08- Sobre as tutelas de urgência, assinale a alternativa em desacordo com o Código de Processo Civil.

A tutela de urgência deve ser concedida após justificação prévia.

DIREITO CIVIL

09. Sobre os direitos da personalidade, analise as proposições abaixo:

- I. A proteção dos direitos da personalidade é aplicável às pessoas jurídicas, no que couber.
- II. São características dos direitos da personalidade, dentre outras, a generalidade, a extrapatrimonialidade e a imprescritibilidade.
- III. A honra *objetiva* se refere à autoestima e ao decoro do indivíduo, ao conceito que faz de si mesmo, ao passo que a honra *subjetiva* diz respeito à reputação do sujeito no meio social.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

I e II.

10 - Analise as proposições abaixo sobre a responsabilidade civil:

- I. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre sua autoria, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- II. A responsabilidade civil do incapaz é subsidiária, respondendo pelos prejuízos que der causa se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- III. A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva, solidária bem como regida pela teoria do risco integral.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

I, II e III.

11 - Acerca do direito das obrigações, analise as afirmações abaixo

- I. Entende-se por obrigação com eficácia real aquela que, sem perder seu caráter pessoal, mediante registro na forma da lei, passa a ter eficácia erga omnes, sendo oponível em face de terceiros.
- II. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
21º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

resultar do título ou das circunstâncias do caso.

- III. Convertendo-se a prestação em perdas e danos, deixa de subsistir, para todos os efeitos, a solidariedade.
- IV. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

I, II e IV.

12 - Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/42):

A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

13 - A respeito do dano moral, analise as afirmativas abaixo:

I - O dano moral coletivo, aferível *in re ipsa*, é categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade.

II - É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

III - Os sucessores não possuem legitimidade para ajuizar ação de reparação de danos morais em decorrência de perseguição, tortura e prisão, sofridos durante a época do regime militar.

IV - A pessoa jurídica pode sofrer dano moral, desde que demonstrada ofensa à sua honra subjetiva.

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, estão **CORRETAS**:

I e II.

14 - Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo o Código Civil, no que diz respeito ao domicílio:

Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, o endereço da matriz será considerado domicílio para todos eles.

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 - Sobre a mutação constitucional, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A evolução da jurisprudência constitucional não é uma das formas de exteriorização da mutação constitucional.

16- No que se refere às normas constitucionais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, embora integrem o bloco de constitucionalidade e tenham supremacia em face da legislação infraconstitucional, as normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT possuem desnível hierárquico em relação às normas da parte permanente.

17 - Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à interpretação constitucional:

A decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 54, que discutiu a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual configura crime a interrupção da gravidez de feto anencéfalo, não pode ser considerada um exemplo do uso público da razão na hermenêutica constitucional.

18 - Sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

Nos termos da Convenção n. 169 da OIT, na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros. As autoridades e os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes dos povos mencionados a respeito do assunto.

19 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em decreto do Poder Executivo.

20 - Acerca do Poder Legislativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. O número total de Deputados, bem como a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
21º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- A Constituição da República (Art. 37, inc. VIII) afirma que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão. Sobre o tema e de acordo com o entendimento jurisprudencial predominante, assinale a alternativa INCORRETA:

O portador de surdez unilateral ou de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

22 - Em relação à temática da improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

23 - Assinale a alternativa CORRETA:

A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativo, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria

24 - A Constituição da República determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão contratados mediante processo de licitação pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA:

Nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

25 - No que se refere aos princípios e poderes da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

De forma excepcional, é possível a análise da configuração da prática vedada de nepotismo em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos, desde que, em análise concreta, além do parentesco, seja verificada troca de favores ou fraude à lei.

26 - No tocante à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização contra ato do Estado ocorre no momento em que constatada a lesão e os seus efeitos, conforme o princípio da *actio nata*.

DIREITO PENAL

27 - Assinale a alternativa correta:

É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal de crimes praticados contra o funcionamento de instituição privada de ensino superior ou na emissão de certificado de conclusão de curso de graduação/pós-graduação.

28 - Assinale a alternativa incorreta:

É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal dos crimes de posse, porte ou comércio, irregular ou ilegal, de arma de fogo, acessório ou munição, previstos na Lei nº 10.826/03, salvo se, no caso, incidir hipótese específica de competência federal ou tiver conexão com crime federal.

29 - Assinale a alternativa incorreta:

É de atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal do crime de injúria racial (CP, art. 140, § 3º), ainda que praticado pela rede mundial de computadores, salvo se, no caso, incidir hipótese específica de competência federal ou tiver conexão com crime federal..

30 - Assinale a alternativa correta:

a) A falsa declaração de endereço residencial em processo judicial ou de hipossuficiência econômica para fins de gratuidade de justiça, embora seja eticamente inapropriada e justifique a condenação por



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
21º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO – GABARITO PRELIMINAR**

litigância de má-fé (sanção prevista no art. 81 do CPC), não configura ilícito penal, sendo, portanto, atípica, porque goza de presunção juris tantum, sujeita à comprovação posterior, realizada de ofício pelo magistrado ou mediante impugnação.

31 - Assinale a alternativa correta:

Não configura a prática do crime de desobediência (CP, art. 330) o descumprimento de ordem judicial de penhora de parte do faturamento de sociedade empresária executada. A conduta constitui ato atentatório à dignidade da Justiça, ao qual é cominada multa de até 20% do valor atualizado do débito em execução, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material (CPC, art. 774).

32 - Marque a assertiva incorreta.

É atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal dos crimes de propaganda, fabricação ou comercialização de produto sem registro, com fórmula em desacordo à constante do registro ou sem as características de identidade, qualidade e segurança estabelecidos pela ANVISA.

33 - Marque a alternativa incorreta:

É atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal do crime de transporte de gasolina, etanol, óleo diesel, álcool etílico e gás butano, sem licença válida outorgada pelo órgão competente (artigo 56 da Lei nº 9.605/98), salvo quando se tratar de transporte transnacional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34 - Assinale a resposta incorreta:

O fato de a conduta ter ocorrido por meio da rede mundial de computadores atrai, somente por este motivo, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.

35 - Assinale a alternativa incorreta:

A persecução penal do crime previsto no artigo 60 da Lei nº 9.605/98 é sempre da atribuição do Ministério Público Federal.

36 - Assinale a alternativa incorreta:

É atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal de contravenções penais, desde que ocorra, com a infração, prejuízo a bem, serviços ou interesse

direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

37 - Em relação à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF penal, marque a alternativa incorreta:

Se sujeita à revisão da 2ª Câmara o declínio de atribuição de um órgão para outro no âmbito do próprio Ministério Público Federal..

38 - Marque a alternativa incorreta.

É necessário o envio dos autos à 2ª CCR, para fins de homologação, quando a promoção de arquivamento for fundada na prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima abstratamente cominada ao crime (art. 109 do CP) ou na extinção da punibilidade pela morte do agente (art. 107, I, do CP).

39 - Em relação às medidas cautelares no processo penal, marque a alternativa incorreta:

Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo; e os casos de urgência ou de perigo não deverão ser justificados, pelo risco de perecimento da medida.

40 - Em relação aos recursos e as nulidades no processo penal, marque a alternativa incorreta.

O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto, desde que seja fundamentado.